



TRAJETÓRIAS DE DUAS FAMÍLIAS NEGRAS NO PÓS ABOLIÇÃO. (NOVA IGUAÇU, SÉCULO XX)

Álvaro Pereira do Nascimento¹

Por longos anos conhecida pelos alarmantes índices de violência, pobreza e ocupação desordenada do espaço urbano, a Baixada Fluminense poucas vezes foi alvo de pesquisas mais significativas pela historiografia. O interesse por sua história esbarrava em notícias preconceituosas veiculadas pela grande imprensa, das décadas de 1970 e 80, que a reduziram a um conjunto de cidades dormitório desordenadas e sem lei².

Não há como desconsiderar a existência desses problemas ao longo das últimas seis décadas. Mas ao destacá-los em suas edições, jornalistas diversos teceram um quadro reducionista e congelado da história recente da região e acentuaram o silêncio acerca do seu rico passado.

Esforços vêm sendo realizados para ocupar essa lacuna. Valiosas obras de historiadores locais e de um número ainda crescente de pesquisas da graduação e pós-graduação (monografias, mestrados e doutorados) têm revelado parte desse passado. Ainda persiste quantidade imensa de temas e questões historiográficas esperando pesquisadores interessados.

Temos destacado a história dos negros da região no período pós abolição em nossas pesquisas. Ela tem demonstrado as possibilidades que se apresentavam a descendentes de escravos, numa cidade que experimentou forte crescimento econômico, atraindo migrantes e imigrantes para a produção, beneficiamento e comércio de laranjas, entre as décadas de 1920 e 1930.

¹ Doutor em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pesquisador de Produtividade CNPq.

² ENNE, Ana Lucia. “Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações”. Em <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>. Consulta realizada em: 27/04/2011, 2004. “Através de suas matérias, tais jornais [*O Dia* e a *Última Hora*] foram responsáveis, em parte, pela construção de uma memória coletiva acerca da Baixada Fluminense, em que as representações midiáticas se cristalizaram como ‘representações reais’ acerca da região. As décadas de 70 e parte da de 80 protagonizaram a cristalização de um senso comum em que a Baixada passou a ser associada plenamente com as imagens de ‘terra sem lei’, ‘maior violência do mundo’, ‘terra em que até galinha cisca pra trás’, ‘faroeste fluminense’, dentre outras classificações negativas e estigmatizantes. Deste processo, participaram também jornais associados à ‘credibilidade’ jornalística, como o *Jornal do Brasil* e o *Globo*”.



Longe de esgotar o assunto, o artigo apresentará os resultados das primeiras pesquisas sobre a história de dois homens negros durante o entreguerras na cidade de Nova Iguaçu. Através de entrevistas, fotos, documentos de repartições federais, jornais e bibliografia específica, apresentaremos um primeiro esboço das marcantes trajetórias de vida e de superação às adversidades deixadas por Francisco Caetano Madeira e Silvino Hyppolito de Azeredo, num período marcado por abruptas flutuações econômicas.

Os laranjais de Nova Iguaçu

A plantação de laranjeiras em Nova Iguaçu vem da segunda metade do século XIX. Segundo Waldick Pereira, o governo provincial incentivou a produção de outras culturas a fim de diversificar e dinamizar a economia local e abastecer as demais cidades do estado. A laranja passou a ocupar espaço importante nesse processo, sendo exportada para o Rio do Prata e São Paulo³. Mas tal desenvolvimento ainda era tímido se comparado ao futuro *boom* do produto nas décadas de 1920 e 1940.

Com o apoio governamental, a produção de laranjas ganhou espaço maior e tornou-se a principal atividade econômica da região. A criação de jornais locais, como o *Correio da Lavoura* (1917) e *A Crítica* (1928), e a fundação do Esporte Clube Iguaçu (1916) refletem as demandas dos seus moradores, que através do sucesso da laranja consumiam informação, lazer e produtos trazidos da capital. A criação do Sindicato Agrícola de Iguaçu (1923) – depois Associação de Fruticultores de Nova Iguaçu – procurou unir os interesses de classe dos plantadores e exportadores do produto, revelando o impacto dessa cultura na formação de uma elite local.⁴

No relatório do Ministério da Agricultura, de 1938, a laranja surgia em destaque entre os produtos exportados pelo país no mercado internacional. Após o café e o cacau, vinha a laranja e logo em seguida as carnes congeladas. Como revelou o ministro,

³ PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: História econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977, p. 114.

⁴ *Idem*, pp. 130-136.



As maiores expansões, contudo, competem à laranja que apresenta o notável índice de crescimento de 612%; às carnes em conserva, com o de 317%; ao cacau com 157% e à banana com 144%. Nos demais produtos espera-se um retrocesso.⁵

Volume e Faturamento: Exportação de Laranjas de Nova Iguaçu⁶

Ano	Caixas	Valor
1927	359.837	5.909:536\$
1928	560.906	10.012:639\$
1929	943.351	15.307:253\$
1930	812.207	16.075:677\$
1931	2.054.302	47.552:722\$
1932	1.930.138	40.179:070\$
1933	2.554.258	54.894:171\$
1934	2.621.827	56.189:240\$
1935	2.640.420	61.989:066\$
1936	3.216.712	75.530:674\$

Fonte: *Jornal Correio da Lavoura*, 04 de Março de 1937, p. 1.

Durante os primeiros tempos, o beneficiamento da laranja era irrisório. Colhia-se o produto dos pés e depositava-o em sacos ou caixas de cebola desprovidos dos cuidados necessários à mercadoria. O armazenamento era fragilíssimo (muitos frutos sofriam esmagamento), a seleção e a classificação por tamanho das laranjas praticamente inexistentes, a lavagem e o posterior transporte ficavam muito a desejar.

O sucesso alcançado pela laranja internacionalmente e sua rentabilidade aos cofres dos governos federal e municipal levaram ao fortalecimento da associação de fruticultores e abriram os olhos do novo presidente da república para a região. Getúlio Vargas foi saudado em jornais e por produtores de Nova Iguaçu durante sua primeira e única visita à cidade. Aproveitou a

⁵ Brasil, leis, decretos. *Relatório do Ministério da Agricultura de 1938*, p.14. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2026/000025.html>. Acessado em 15 de Junho de 2011.

⁶ Agradeço ao historiador Carlos Costa a indicação de dessa fonte.



inauguração da primeira máquina de beneficiamento de laranjas, a *Packing house*⁷ (Posto de Embalagem de laranjas), comprada através do financiamento do governo federal.⁸ Tal máquina selecionava pelo tamanho “padronizado para comercialização” e pelo aspecto, além de realizar a lavagem, secagem, brunimento, embrulho em papel de seda e encaixotamento⁹.

Era, certamente, a mecanização do beneficiamento da laranja. No discurso de recepção ao presidente, Sebastião Herculano de Matos dizia que a máquina ajudaria a todos fruticultores, pois servia “de modelo, de escola aos demais exportadores de frutas, [...] aperfeiçoando a [...] embalagem e barateando a mão-de-obra”, levando-os “a conquistar novos mercados”¹⁰. Ou seja, a máquina classificaria e daria melhor apresentação ao produto assim como traria vantagens no custo da produção (leia-se diminuição do gasto com trabalhadores), tornando-os mais fortes na concorrência dos mercados mundiais. O resultado foi tão positivo que, ao final daquele mesmo ano de 1931, foram instaladas mais 13 *packing houses*, para além da pertencente ao Ministério da Agricultura inaugurada por Getúlio Vargas.¹¹

Cada barracão empregava cerca de cem pessoas, entre homens, mulheres e crianças, constituindo um importante mercado de trabalho. (Souza, 1992: 58). Segundo Waldick Pereira,

Centenas de famílias dependiam diretamente dos serviços secundários: da fabricação de caixas, do transporte das frutas desde os pomares aos portos de embarque, passando pelos barracões, do tratamento e acondicionamento das laranjas e outros serviços¹².

Infelizmente, ainda pouco sabemos sobre o regime de trabalho reservado a cada trabalhador, salário e divisão de tarefas nessas unidades.

Além dessas funções ligadas ao beneficiamento e transporte das laranjas, havia um processo anterior por detrás de tal negócio, ligado mesmo ao campo: cultivo de novas mudas, limpeza dos pés e colheita. As vagas de empregos para tantas atividades aumentavam cada vez mais, atraindo

⁷ Foi instalado no que se chamava à época “Barracão”. Os primeiros barracões apresentavam menor capacidade de realização de operações que os futuros *packing houses*. Os barracões também foram criados exclusivamente para a confecção de caixas. PEREIRA, Waldick, op. Cit, p. 141.

⁸ Decreto 20.175 de 30 de Junho de 1931. Providência sobre o funcionamento do Posto de Embalagem de Laranjas (Packing-House) de Nova Iguassú, subordinando-o ao Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.

⁹ SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN, UFRJ, mestrado, 1992, pp. 57-58.

¹⁰ PEREIRA, Waldick, op. Cit, p. 138.

¹¹ Idem, p. 140.

¹² Idem, ibidem.



pessoas das mais diversas áreas, como as do Vale do Paraíba e lugares distantes, como Portugal e Itália.

Embora também plantassem, as antigas famílias proprietárias de terra não foram as mais beneficiadas com o *boom* da laranja. Elas arrendaram boa parte das suas terras para diferentes produtores que chegaram à Nova Iguaçu atraídos pelo negócio. Eram conhecidos por “chacreiros” (pequenos e médios produtores, sendo eles proprietários, arrendatários ou parceiros) e “fazendeiros” para os casos de grandes extensões de terra, arrendadas ou compradas. Segundo Sonali Souza, esses últimos tinham mais capital e atuavam em diferentes áreas desde o cultivo, passando pelo beneficiamento, comércio e exportação. Os negociantes atuavam mais no beneficiamento e comércio das laranjas, auferindo a maior parte dos ganhos com o produto.¹³

Os chacreiros empregavam o sistema de parceria assim como trabalhadores assalariados, temporários e permanentes. É interessante lembrar os casos levantados de descendentes de escravos do vale do Paraíba que procuraram ocupação nos laranjais de Nova Iguaçu¹⁴. Muitos deles vieram paulatinamente se aproximando da reunião, empregando-se sazonalmente nas atividades e depois estabelecendo-se através de casamentos, arrendamento de terras ou compra de lotes onde ergueram suas moradias. Esses homens negros empregavam-se junto aos chacreiros, meeiros ou comerciantes, abrindo clarões na floresta para novas plantações, capinando e limpando os pés de laranja, e colhendo seus frutos¹⁵.

Quem trabalhava como meeiro - poderiam ser mineiros, fluminenses e portugueses – haviam sido atraídos por cartas e convites de parentes já estabelecidos na região. Eles geralmente arrendavam uma propriedade e começavam a plantar no sistema doméstico (familiar) ou empregavam-se como assalariados temporários ou fixos. Devido às limitações existentes (transporte, máquinas beneficiadoras ou capital), poderiam negociar a sua produção com comerciantes ou fazendeiros, que compravam a safra por um determinado preço antes mesmo de os frutos nascerem. Mesmo com as boas possibilidades de alcançar resultados positivos, havia um risco razoável de

¹³ SOUZA, Sonali Maria de, Op. Cit., p. 60.

¹⁴ COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campeinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Nova Iguaçu (1888-1940)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008 e, RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.

¹⁵ Idem, p. 61.



insucesso – registram-se casos de meeiros que tiveram de procurar outros ofícios na região ou abandoná-la em busca de melhores oportunidades.

Essa diversidade de oportunidades trazida pela laranja abriu portas também para empreendedores. Embora muitos fossem imigrantes e capitalistas de outros estados, havia espaço para indivíduos locais que desenvolveram atividades prestigiadas localmente assim como geraram empregos diversos. Passaremos a descrever agora as histórias de dois empreendedores negros locais, Francisco Caetano Madeira e Silvino Hyppolito Azeredo.

Homens negros em Iguazu: uma possibilidade de ascensão social?

Alguns depoimentos de negros da terceira idade ilustram todo esse sistema produtivo.¹⁶ A senhora Almerinda Madeira nasceu na localidade conhecida por Cabuçu, que tinha difícil acesso até o centro de Nova Iguazu, onde havia escolas e igreja que permitiam acesso à educação e à inserção na vida social junto a outros produtores. Bem cedo ela já trabalhava na embalagem junto a seu pai, que era dono de um sítio e de caminhões para transporte. Ela contou que seu pai beneficiava suas laranjas em um Barracão de exportação.

No que tange à comercialização do produto, D. Almerinda conta que seu pai encabeçava as negociações chegando mesmo a viajar para a Argentina – um dos principais países importadores – para vender seu produto. Como possuía terras, ele também aceitava famílias de migrantes que passavam a trabalhar como meeiros. D. Almerinda conta que ao chegarem, construíam casas de sapê e começavam a trabalhar na produção.

Para ela, seu pai era um homem “rico, [...] um dos exportadores de laranja mais ricos que havia [...]”. Afinal, dizia ela, “quem tem vários empregados é um pouquinho rico, né?”¹⁷ Não à toa,

¹⁶ Tais depoimentos encontram-se no Laboratório Memórias da Baixada Fluminense, do Campus Nova Iguazu, da UFRRJ.

¹⁷ Encontramos outros depoimentos que nos levam a perceber algo que já era comum nos tempos da escravidão, mas que demorou a ser tratado com mais detalhes: o emprego de escravos por outros negros escravos os ex-escravos. Agora livres, esses homens seguiam os mesmos caminhos de outrora e sem uma ideologia que representasse o apoio de negros a outros negros. Afinal eram homens comuns que estavam procurando caminhos para a sobrevivência. Um caso que talvez revele empregados negros de Francisco Madeira é um depoimento de dona B. Ela também nasceu em Cabuçu, mas nunca saiu dali. Seus pais eram filhos de casamentos de pessoas de cores diferentes, e parece ter sido uma marca na família. Seus avós paternos e maternos eram brancos, negros e até um estrangeiro. Sua proximidade com a escravidão está atrelada à história de vida de sua mãe, cujo pai era filho de escrava com senhor de engenho. Já seu pai



seu pai comprou propriedades e trouxe a família para o centro da cidade de Nova Iguaçu, no sentido de dar melhor educação aos filhos – uma delas foi para o Rio de Janeiro estudar e tornou-se funcionária de carreira do Poder Judiciário. A família passou a ter uma vida mais confortável só perdendo esse status com a decadência da atividade na década de 1940, como veremos.

O pai de D. Almerinda chamava-se Francisco Caetano Madeira, um homem “preto, crioulo mesmo”, como ela disse na entrevista. Pesquisando a trajetória desse comerciante, notamos que sua vida revela mais elementos das possibilidades de ascensão de homens negros nesse período pós abolição. Os dados ainda estão sendo cruzados com outras fontes, mas o que a pesquisa em jornais e documentos das repartições federais trouxe-nos até agora é, realmente, bastante interessante.

A primeira notícia que temos dele foi de uma participação na Revolta de Copacabana, em 1922. A manchete “Os fugitivos de Copacabana” revelava que “no lugar Cabumçu (sic), em Nova Iguaçu” dois soldados haviam sido presos. Um grupo de sargentos pegou o trem até aquela longínqua estação ferroviária e andou mais duas léguas e meia para prendê-los. Os soldados Plínio Cassiano de Paula José de Paula e Francisco Caetano Madeira escondiam-se numa “casinha de sapê no meio de um capinzal”. Não apresentaram resistência e foram levados para um quartel do Exército onde ficaram presos até o momento do julgamento.¹⁸ A história do seu envolvimento com o movimento, que inaugurou a participação dos tenentes na vida política do país, logo após a derrota de Nilo Peçanha para Arthur Bernardes,¹⁹ poderá revelar a participação de soldados que tinham expectativas por dias melhores no Exército e no país.

Parece que Francisco Caetano Madeira, após resolver seus entretos no Exército e dar baixa, aproveitou as oportunidades que a citricultura trazia para a região. Ainda não sabemos como ele conseguiu suas terras e capital, mas seu negócio com frutas começava a progredir entre o final

era homem “claro”, por ser filho de espanhol com brasileira. D. B. disse ainda que seu pai migrou de “Bananal de São Paulo”, região localizada no Vale do Paraíba e limítrofe ao Rio de Janeiro, também sensível à decadência da cultura do café. Ele parece se encaixar na categoria meeiro, descrito por D. Almerinda. Trabalhava nas terras de um proprietário português e cuidava de uma área do “sítio”. No espaço de responsabilidade da família havia plantações de subsistência e criação de animais como galinhas e porcos – o que provocava muitas doenças, como o “bicho de pé”. D. B trabalhava na limpeza dos laranjais assim como boa parte dos seus irmãos, o que parece ter sido realidade de muitas crianças nesse período. Ela ainda mora no mesmo lugar, que tem difícil acesso em dias de chuva. Possivelmente, em sua infância e juventude conheceu D. Almerinda Madeira, pois se lembrava bem desta família.

¹⁸ Gazeta de Notícias (RJ), 21 de julho de 1922, p.3. Acessado em memoria.bn.br.

¹⁹ PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 81



dos anos 1920 e início da década seguinte. Uma multa de trânsito imposta a Francisco Madeira, em 11 de abril de 1932, mostra que ele era proprietário de um veículo, menos de dez anos após ser preso como soldado do Exército. Ele foi multado por infringir o artigo 248, “L”, do Regulamento da Inspeção de Veículos que obrigava o condutor a “obedecer sem relutância às ordens e sinais dos encarregados do serviço de inspeção e fiscalização de veículos, bem como aos dos sinaleiros nos postos respectivos”.²⁰ Possivelmente, Francisco Madeira não atendeu a um guarda ou funcionário da inspetoria, sendo punido por isso.

O que importa nesse episódio para nossa pesquisa é que ele era “proprietário” de um veículo automotivo no início da década de 1930. Não sabemos se era um homem “rico” como nos testemunhou sua filha, mas esse dado nos aproximou do “caminhão” que ela havia dito pertencer ao seu pai. E realmente encontramos essa informação numa fatalidade. Ao conduzir seu caminhão, ele atropelou o menino Geraldo Costa, em 8 de março de 1934, na Avenida Nazareth, que não resistiu aos ferimentos e faleceu. Por tal acidente de trânsito, Madeira respondeu a um processo na 5ª Vara Criminal.²¹ Nós ainda não encontramos o processo criminal, mas tal problema não o impediu de continuar sua vida de comerciante, prosperamente.

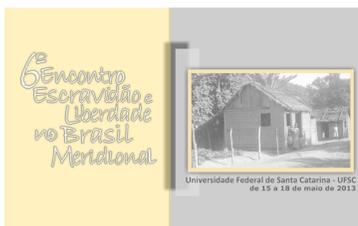
Em 9 de dezembro de 1939 era publicada no Diário Oficial (seção I), a inscrição da “firma Francisco Caetano Madeira, no Registro Federal de Exportadores de Frutas, sob o número 177, sob as regras do decreto n.º 23835. Na mesma oportunidade e página do Diário Oficial também ficamos sabendo que ele remetera um “exemplar de rótulo da marca ‘F.C.M.’, de propriedade da mencionada firma e com o qual a mesma estava autorizada a distinguir a sua exportação de Laranjas”.²² Ainda não temos evidências diretas dessa empresa antes de 1939.

O decreto n.º 23835 era de 6 de fevereiro de 1934 e obrigava todos os exportadores a cumprirem metas e regras próprias para embalagem, transporte e aparência das frutas para exportação. Como Francisco teve sua inscrição registrada cinco anos após a publicação do decreto, possivelmente ele teve que se adequar às aquelas exigências para aí sim dar entrada em toda

²⁰ <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47010>, acessado em 03 de março de 2013.

²¹ Diário da Noite (RJ), 11 de maio de 1934.

²² *Diário Oficial da União*, Seção I, dezembro de 1939, p. 28170.



documentação e exportar suas laranjas. Talvez ele tenha adquirido inclusive acesso a uma *packing house*, para dar conta das exigências.

Tal entrada no comércio exterior não veio do nada e a existência de um caminhão de propriedade de Francisco Madeira, em 1934, reforça ainda mais nossas suspeitas de que ele já produzia, comercializava e transportava suas próprias laranjas para o mercado regional e nacional antes de 1939, ano em que ele conseguiu remeter suas frutas para a Argentina, como nos falou sua filha, através de uma permissão registrada junto ao Governo Federal.

Sua importância enquanto produtor e exportador de laranjas não era pequena. Um convite do Diretor de Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, em 16 de maio de 1941, o colocava ao lado de famosos exportadores da região, como Francisco Baroni, os irmãos Neck, Luiz Moura Brasil Filho entre outros.²³ A situação parece que se inverteu nos anos seguintes, com a crise derivada da IIª Guerra Mundial, que diminuiu a exportação de frutos.

Encontramos três documentos publicados no Diário Oficial convocando Francisco Caetano Madeira para esclarecimentos, e mesmo aplicando multa àquela empresa. O primeiro entrave surge em 29 de abril de 1942. O processo 18.253-41, da Recebedoria do Distrito Federal, declarou Francisco Caetano Madeira “devedor remisso”, passando a sofrer os efeitos da “inidoneidade”. Em resumo, impedia-lhe de realizar comércio de produtos com o exterior e de ter acesso a repartições públicas importantes para indivíduos como Francisco Madeira.²⁴

O segundo impacto já veio em forma de multa. A mesma Recebedoria, um ano depois lhe aplicou a multa de CR\$ 7501,50, que correspondia a 50% da transação não paga anteriormente.²⁵ Logo, Francisco Madeira ficou endividado em quase CR\$23.000,00, ou seja, algo próximo a 76 (setenta e seis) salários mínimos, que à época valia CR\$300,00.

O resultado desse processo foi a mudança de atividade comercial. Em 1947, menos de dez anos após ter registrado uma empresa para exportação, estava ele a cuidar de um botequim.

²³ Gazeta de Notícias (RJ), 16 de maio de 1941, p.15.

²⁴ Decreto-lei n. 5 – de 13 de novembro de 1937 “Art. 1º - Os contribuintes, responsáveis ou fiadores que não tiverem solvido seus débitos para com a Fazenda Nacional, nas repartições arrecadadoras competentes, uma vez esgotados os prazos estabelecidos nos regulamentos fiscais respectivos, não poderão despachar mercadorias nas Alfândegas ou Mesas de Rendas, adquirir estampilhas dos impostos de consumo”. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=13392&norma=28096>, acessado em 03 de março de 2013.

²⁵ Diário Oficial (Seção I), março de 1943, p. 3048.



Certamente, foi uma enorme queda na vida de Francisco Madeira. De exportador de frutas cítricas a dono de um botequim. E o lugar não parecia nada respeitável ou seguro. A polícia agiu com “extrema violência”. Segundo o jornal *A Manhã*

A polícia de Nova Iguaçu, tendo à frente o delegado Pogi de Figueiredo, agindo contra os jogos proibidos, prendeu ontem na rua Emília Guaran, 1395,²⁶ nos fundos de um botequim de propriedade de Francisco Caetano Madeira, os contraventores Jorge Madeira, Jorge Caetano Félix, Walter da Silva Ricardo [...]. Praticavam o jogo denominado ‘ronda’ e diversos outros de azar.²⁷

A trajetória de Francisco Caetano Madeira revela a história de um homem negro que no pós abolição vivenciou um processo de luta desde sua infância pobre, passando a soldado do Exército, perseguido como revoltoso, produtor e comerciante local de frutas, exportador e, em sua queda, a propriedade de um reles botequim na atual cidade de Queimados (emancipada de Nova Iguaçu recentemente). Procurou dar trabalho e oportunidades aos filhos, mas a guerra e a decadência da citricultura o impediram de ver seu negócio progredir pelo resto de sua vida.

Outro negro que aproveitou muito bem esse momento econômico foi Silvino Hyppolito de Azeredo, que fundou o jornal *Correio da Lavoura*, em 1917, e até hoje está em funcionamento. Sabemos pouco sobre suas origens familiares. Embora sempre lembrado nos aniversários do jornal, mesmo após sua morte, muito pouco encontra o pesquisador acerca dos seus pais. No registro de casamento com Avelina Martins Coimbra, em 22 de junho de 1889, percebemos que há referência somente à sua mãe, a senhora Theresa Joaquina da Conceição.²⁸ A referência ao pai, que se chamava Cândido de Almeida de Azeredo Coutinho, surge somente no registro de óbito do próprio Silvino Hyppolito Azeredo.²⁹ Não encontramos referências de parentesco do pai com a famosa

²⁶ Atualmente situa-se na cidade de Queimados.

²⁷ *A Manhã* (RJ), 13 de março de 1947, p. 8.

²⁸ Livro de Registro de Casamentos (Paróquia de Paty do Alferes, Município de Vassouras), anos de 1888 a 1894, f 24 e 24v. Family Search <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-267-11561-26147-38?cc=1582573&wc=MMP2-2ZH:n1830467935>, acessado em 29 de julho de 2012.

²⁹ V1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais do Município de Nova Iguaçu: Assento de óbito. Livro 31, registro n. 7926. “Aos vinte e seis dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e nove, nesta cidade, em cartório compareceu Avelino Martins de Azeredo, brasileiro, solteiro, residente nesta cidade e declarou que as vinte e três horas do dia vinte e cinco de setembro do corrente ano, a casa Bernardino Mello numero quatrocentos e trinta e três, nesta cidade, faleceu Silvino Hyppolito de Azeredo, do sexo masculino, cor parda, com trinta anos de idade, jornalista, casado com Avelina Martins de Azeredo, natural deste estado, filho de Candido de Almeida de Azeredo Coutinho e de Thereza Joaquina da Conceição, sendo a causa da morte Pericardite Crônica, colapso cardíaco, conforme atestado medico por Doutor Antonio de Luca e vai ser sepultado no cemitério desta cidade. E para constar, digo em tempo deixando filhos. E para constar lavrei este termo que assina o declarante, eu Iassi Mello Braga assistente de justiça”. *Grifos meus*. Agradeço



família Azeredo Coutinho, que tinha terras e posses na região do Vale do Paraíba e foi extremamente influente na política do Império³⁰.

Também não encontramos referências maiores em relação a sua mãe. Possivelmente ela fosse negra e pobre, tendo algum contato com passado escravo e/ou liberto, como sugeria seu sobrenome³¹. Não há referências se a mesma fora escrava, mas possivelmente viveu da lavoura entre o Vale do Paraíba e a antiga Vila de Iguassú³². Certo mesmo é que a cor de Silvino Hyppolito de Azeredo (1859-1939) indicava descender de familiares negros, que em algum momento do passado tiveram contato com brancos e/ou mestiços. Cor passada a seus filhos, que, ao longo do século XX, se distinguiram nas fotografias ao lado de colegas e outros famosos personagens brancos da região³³.

Silvino Hyppolito de Azeredo teve formação e empregos dos mais diversos. Segundo seu sucessor na redação do jornal, o filho Avelino Martins Azeredo, Silvino estudou até o terceiro ano do curso de Medicina e Farmácia, “lecionou como professor de Matemática e em 1913 foi indicado como relator da comissão de revisão dos estatutos da Caixa Auxiliadora dos Empregados das Capatazias, da qual foi eleito presidente a 22 de abril de 1914.” Ainda foi Fiel de escrita, na Alfândega do Cais do Porto do Rio de Janeiro. Após deixar a função pública, fundou o jornal *Correio da Lavoura*, aos 58 anos, cujo primeiro exemplar foi às ruas em 22 de março de 1917³⁴.

Silvino de Azeredo Filho (1897-1987) era o sexto da prole do fundador do jornal e tocou a folha até sua morte. Ainda em 1928 ele criou outro importante semanário, *A Crítica*, num formato de revista que encantou os leitores com a qualidade das suas colunas, cobertura da vida social e cultural de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro, imagens diversas e poesias. Outros filhos importantes

ao historiador Carlos Eduardo Coutinho a indicação dessa fonte. Consulte também a matéria de um de seus filhos no *Correio da Lavoura* (Doravante CL), em 22/03/1997, p.1.

³⁰ As pesquisas realizadas no Colégio Brasileiro de Genealogia não confirmaram ou deram pistas de laços familiares de Silvino com os Azeredo Coutinho. Uma investigação mais precisa sobre essa possível ligação ficará para outra oportunidade.

³¹ SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2006. Embora a autora não consiga fontes quantitativamente suficientes para sua hipótese, a indicação parece bastante convincente,

³² Essa era a antiga grafia de Iguazu.

³³ CL, 22/03/1917. Veja foto de Silvino de Azeredo Filho, em 1919. Numa entrevista ainda inédita, o atual proprietário do jornal, Robinson Belém de Azeredo, afirmou que seu “avô era mulato quase negro, correto?”.

³⁴ CL, 22 de março de 1917, p. 5. Outras notas biográficas sobre Silvino Hyppolito Azeredo podem ser encontradas na tese de DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Pós Graduação em Educação, UFF, 2012, pp. 27-30.



do fundador nesse processo foram Avelino e Luis Martins de Azeredo, mais novos. Após a morte do pai, os nomes dos três filhos permaneceram no cabeçalho da primeira página do jornal durante décadas: o primeiro como “fundador”, o segundo, “gerente” e o terceiro, “redator secretário”. Com o afastamento desses últimos, parte da terceira geração, formada pelos irmãos Robinson e Gerson Belém de Azeredo, filhos de Avelino Azeredo, assumiram o comando da folha ainda nos anos 1980³⁵.

O fundador criou o *Correio da Lavoura* como um órgão “independente”, para falar a “verdade” sem pressões partidárias e políticas de toda ordem. Surgiu no lugar de outro jornal, “O Iguassú”, que não conseguira manter-se financeiramente. Silvino Hyppolito pagou ao ex-proprietário a quantia de um conto e quinhentos mil réis, através de um empréstimo pago em seis meses. A partir daí, contou com a “colaboração de amigos fiéis”, como Dr. Francisco Dias Martins, Serafim Barbosa, Luis Alves Cavalcanti, Pedro Pujol, Humberto Caulino, Edmundo Galvão, Silvino Silveira e Alfredo Jardim, que escreveram boa parte das colunas do jornal, alguns durante décadas.³⁶ Silvino Silveira, inclusive, explicou a importância do apoio desses parceiros para o futuro do hebdomadário, já que o fundador era “pobre, sempre pobre, com os pesados encargos de uma prole numerosa”.

Em sua primeira edição, o jornal trouxe algumas das poucas e raras linhas assinadas por seu fundador. Nelas registrava os objetivos daquele hebdomadário: “concorrer à medida de suas forças e cheio de boa vontade, para o progresso intelectual, moral e material” do município. Seria também um “jornal próprio para o interior, adequado aos pequenos povoados que vivem em família; dedicado mais ao nobre e honrado lavrador”³⁷. Tinha geralmente quatro páginas, aumentando consideravelmente nas edições especiais ou no período áureo da citricultura na década de 1930. O valor em 1920 era de cem réis, com assinaturas trimestral (1\$500), semestral (3\$000) e anual (5\$000)³⁸. Era o mesmo valor avulso do jornal *A Noite*, da capital, que rodava com 6 ou 8 páginas, diariamente. Como era semanal, as famílias desembolsavam até \$400 para ter informação mensal

³⁵ CL, 22 de março de 1997, p. 3.

³⁶ Idem, pp. 1 e 5.

³⁷ CL, 22 de março de 1917, p. 1

³⁸ CL, 23 d agosto de 1917, p.1.



sobre a região e a capital federal, mesmo em um lugar de difícil acesso como era Nova Iguaçu na época.

O *Correio da Lavoura* das primeiras décadas foi marcado por matérias e crônicas relativas à saúde, à higiene, à educação e à produção rural. Embora o fundador do jornal não tenha concluído seus estudos nas faculdades por que passou, Medicina e Farmácia eram cursos frequentados por estudantes que liam as mais recentes descobertas da ciência, como a revolução dos conhecimentos em microbiologia. Assim como seus colegas de faculdade, Silvino Hyppolito de Azeredo certamente teve contato com as diversas falas de higienistas, médicos, cientistas e educadores. Tal conhecimento possivelmente deu a esses estudantes elementos científicos para associarem o aumento populacional das capitais e os hábitos de homens e mulheres pobres às endemias e epidemias de febre amarela, gripe espanhola, tuberculose e varíola³⁹.

Tais estudantes, que seriam futuros profissionais liberais, também experimentaram e vivenciaram o fim da mão de obra escrava, a dissolução do Estado Imperial e a construção da República.⁴⁰ Envolveram-se nos debates, apontaram soluções diversas e as expuseram em praça pública, livros, *meetings* e jornais.⁴¹ Poderiam sonhar com uma República mais sólida através da participação de eleitores alfabetizados, e reclamar do caos urbano, da sujeira, dos costumes dos populares e da pobreza. Não por acaso, muitos deles apoiaram medidas autoritárias por parte do governo, como a invasão das casas para vacinação obrigatória, combate a focos de mosquitos e ratos, e defenderam a imigração europeia para solução dos “males” inerentes ao brasileiro⁴².

Diferentemente de muitos contemporâneos seus, não encontramos a eugenia ou a imigração europeia apontadas como soluções para “elevação” moral ou racial dos brasileiros na folha criada por Silvino Hyppolito Azeredo⁴³. Ele viveu esse período e defendeu durante décadas a educação, a higiene e o trabalho na lavoura como principais caminhos para a mudança – possivelmente por sua

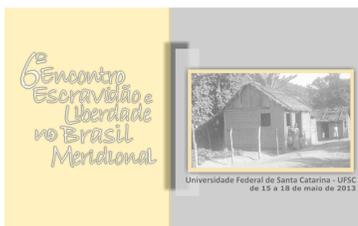
³⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 49 e 81.

⁴⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. São Paulo: Brasiliense, 1987; CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

⁴¹ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Edur/FGV, 2007; CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009; e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo Cia. das Letras, 1993.

⁴² LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999, pp. 202-235. SEVCENKO, Nicolau, op. cit, cap.1.

⁴³ Veja alguns desses contemporâneos em LUCA, Tânia Regina de, Op. cit., pp. 198-202.



própria ascendência e pelo ativismo abolicionista, como veremos. Tal defesa deve ter sido marcada também pelas consequências sociais e econômicas provocadas pelo declínio da produção cafeeira ao final do século XIX. Regiões como a de Paty do Alferes, distrito do município de Vassouras, onde Silvino Hyppolito Azeredo viveu no século XIX, sofreram forte impacto, liberando mão de obra e amargando queda expressiva de capital. O retorno de Silvino para Nova Iguaçu, em 1908, pode estar ligado a tal dificuldade, haja vista ter trabalhado no setor hoteleiro daquele município do Vale e ter se empregado no Cais do Porto, o que deve tê-lo deixado dividido entre as atividades no Rio de Janeiro e em Paty do Alferes. Seus três filhos mais velhos já haviam migrado para Nova Iguaçu, caminho de retorno que o mesmo seguiu em 1908. Avelino Azeredo relata que sua mãe chorou ao chegar a “uma casinha de cimento com dois quartos, uma sala e uma cozinha” deixando para trás outra de “oito quartos, com dois pianos de cauda, toda mobiliada”.⁴⁴ E pior, Nova Iguaçu ainda não alimentava grandes expectativas para crescimento, como ocorreria logo depois, com a explosão da citricultura.

Embora mulato e de passado escravo, Silvino Hyppolito de Azeredo não incentivou a produção e a veiculação de crônicas com tintas mais fortes sobre as condições dos negros no pós-abolição. Diferentemente de redatores negros de cidades como Campinas e Rio Claro, em São Paulo e Pelotas no Rio Grande do Sul, ele preferiu adotar uma versão mais noticiosa no jornal, capaz de agradar ao público em geral, aproximando-se do conteúdo publicado nos diários da grande imprensa da capital.

Sua preocupação com a educação, a saúde e a higiene mostrava ainda que a formação nas escolas de medicina e os contatos no meio jornalístico deram a ele uma proximidade com as temáticas circulantes no meio intelectual dos anos 1920, cada vez mais preocupado em forjar soluções para os males nacionais. Tornar um país mais saudável, moderno e industrial esbarrava no analfabetismo.

Sua contribuição viria na informação aos habitantes da cidade de Nova Iguaçu, acerca das propostas de mudança para o bem estar social, político e econômico da Baixada Fluminense. A educação da população era uma das suas reivindicações mais correntes, incentivando seguidos artigos e matérias sobre o assunto, quando não ele próprio interveio junto à administração

⁴⁴ CL, 22 de março de 1987, p. 5.



municipal. Ele, contudo, parecia alheio às diferenças de cor entre os indivíduos constituintes da população iguaçuana à época. Era como se o preconceito racial não fosse um dos impeditivos de acesso à educação por parte dos negros. Mas seria um erro acreditar na falta de consciência de Silvino Hyppolito sobre o assunto.

Ele, em suas diversas atividades profissionais, quando revisor no Rio de Janeiro⁴⁵, parece ter se envolvido no Abolicionismo. Seu amigo Silvino Silveira dizia que o fundador do *Correio da Lavoura* foi “companheiro do grande José do Patrocínio [e] sempre se bateu com denodo pela sublime causa do abolicionismo, a benemérita cruzada da redenção dos cativos”.⁴⁶ Independentemente de averiguarmos se tal experiência realmente ocorreu, ele teve contato direto com a escravidão, os debates em torno das teorias raciais e a opção pela cor branca que muitos empregadores tinham no momento da contratação para as ocupações melhor remuneradas.⁴⁷ Ele sabia que a educação não era para todos.

Conclusão

A narrativa desses dois indivíduos reforça o que a historiografia vem mostrando há alguns anos: a história do negro no pós abolição é mais complexa do que até recentemente imaginávamos. Se a sociologia e a antropologia já haviam contribuído para discussões sobre o tema, mas que levaram a críticas, debates e releituras ao longo do século XX, a historiografia veio recentemente ilustrar a passagem desses indivíduos na tessitura da história.⁴⁸

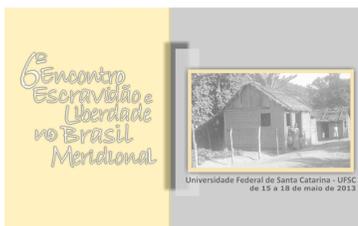
Autores como Sidney Chalhoub, George Reid Andrews, Flávio Gomes, Olívia Cunha, Walter Fraga, Wlamyra Albuquerque, Ana Lugão Rios, Hebe Mattos, Carlos Eduardo Costa, Henrique Espada, Karl Monsma, Petrônio Rodrigues meu próprio trabalho e tantos outros vêm

⁴⁵ CL, 22 de março de 1987, p. 5. “Uma vida dedicada ao *Correio da Lavoura*”. Segundo Avelino Martins Azeredo, seu pai fora “amigo” de José do Patrocínio, quando trabalhara como revisor no Rio de Janeiro. Pode ser daí, inclusive, o interesse em criar um jornal.

⁴⁶ CL, 05 de setembro de 1939, p. 1. Silvino Silveira. Coluna *A Lâpis*, “Silvino de Azeredo”. Veja também CL, 14 de maio de 1944 - coluna *A Lâpis*, “Reflexos da Abolição”: “Havia, entre os paladinos da cruzada, um jovem ardoroso, apaixonado, pela redenção dos escravos – Silvino Azeredo – o inolvidável fundador do *Correio da Lavoura*, o que sempre constituiu uma das maiores glórias de sua vida!”

⁴⁷ Entre outros, veja, CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. [1.ª ed. 1986] Campinas: Ed. Unicamp, 2001; RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴⁸ Um bom resumo desse debate pode ser visto na Parte I de CHALHOUB, Sidney. Op. Cit.



contribuindo para descrever a história dessas vidas que muito têm a nos ensinar sobre o passado de luta por empregos, pela conquista da moradia e terras, as mazelas do racismo, as trajetórias diversas de egressos, a migração dos negros, o controle e enfrentamento da polícia, a vida nas Forças Armadas etc.

Há alguns anos escrevi um artigo resultante de uma péssima experiência na correção de questões de uma prova no vestibular da UNICAMP, que muito me assustou.⁴⁹ Quando perguntados sobre o que havia acontecido aos negros após a escravidão, a maior parte respondia que haviam sido levados à marginalidade, à prostituição, roubo, ações violentas etc. Tais posições correspondiam a releituras equivocadas de textos clássicos da sociologia uspiana da década de 1960 – Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso. As releituras foram realizadas por parte de autores de livros didáticos, que não perceberam criticamente o momento histórico em que essas obras estavam sendo escritas assim como os diálogos em jogo. As trajetórias de homens negros como os trabalhados nesse artigo ajudam a melhor perceber outra realidade que o fatalismo presente no pensamento de professores e mesmo autores de livros didáticos.

Embora em atividades profissionais diferentes, Francisco Madeira e Silvino Azeredo demonstraram os possíveis caminhos que os negros poderiam seguir para alcançar uma melhor condição financeira e social, numa cidade vizinha à Capital Federal na primeira metade do XIX. Não sabemos se foram apresentados, mas podem ter se visto e até se encontrado em alguma solenidade da cidade - Silvino morreu quando Francisco acabava de registrar sua empresa como exportadora de frutas, em 1939. A empresa de Silvino funciona até os dias de hoje, ao contrário da de Francisco.

Foram homens empreendedores, que aproveitaram um momento positivo da economia local para fundar e promover seus respectivos negócios. No caso de Silvino, o jornal permitiu-lhe acesso a um espaço de sociabilidade junto ao poder local, abrindo portas, atraindo anunciantes e influenciando decisões políticas com suas ideias ligadas à saúde e à educação junto ao executivo municipal. Francisco veio por outro caminho. Foi soldado e não estudou em faculdades como

⁴⁹ NASCIMENTO, Álvaro. “Qual a Condição Social dos Negros no Brasil depois do Fim da Escravidão? O Pós-Abolição no Ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.



Silvino. Sua passagem até a propriedade de terras e de um caminhão ainda é nebulosa, e precisamos de maiores investigações. Sua origem é mais apagada ainda que a de Silvino, embora Cabuçu fosse uma terra distante do centro de Nova Iguaçu e onde havia fazendas de escravos.

Essas são as primeiras informações sobre esses dois indivíduos. Ainda há muito a ser trazido com novas pesquisas. Contudo, tendo como parâmetro uma visão negativa do negro no pós-abolição, esses dois indivíduos poderiam ser imaginados como homens brancos. Em outras palavras, no pensamento preconcebido dos inadvertidos, tais trajetórias não pertenceriam a homens negros. Por mais que um dia isso se torne coisa do passado, até lá, é fundamental que tragamos essas experiências, revelando a cor de pessoas pouco lembradas na História.

Bibliografia

BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro (1833-1888)*. Niterói: Eduff, 2008.

CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. [1.^a ed. 1986] Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Nova Iguaçu (1888-1940)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. [12.^a ed.] São Paulo: Brasiliense, 1987

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: os processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Pós Graduação em Educação, UFF, 2012.

ENNE, Ana Lucia. “Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações”. Em <http://www.uff.br/mestcii/enne1.htm>. Consulta realizada em: 27/04/2011, 2004.

GOMES, Flavio dos Santos; REIS, João José (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.



GOMES, Flavio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida*. Rio de Janeiro: Edur/FGV, 2007.

NASCIMENTO, Álvaro. “Qual a Condição Social dos Negros no Brasil depois do Fim da Escravidão? O Pós-Abolição no Ensino de História”. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. (Org.). *A República e a Questão do Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: História econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os militares e a reação republicana: as origens do tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): Economia e Território em Processo*. Rio de Janeiro, UFRJ-IPPUR, Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo Cia. das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVEIRA, José Luis Rocha da. *Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850-1890)*. Niterói, Dissertação de Mestrado, UFF, 1998.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: PPGAS-MN, UFRJ, mestrado, 1992.